

ATA NÚMERO 95/XII/ 1.ª SL

Aos 25 dias do mês de julho de 2012, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 94.
2. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 250/XII/1.ª (PCP) – “Altera o Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, que procede à reforma da tributação do património simultaneamente, precisando o tempo e o modo de fixação pelo Governo da percentagem de receitas do IMI, decorrentes da realização da avaliação geral dos prédios urbanos”.
Autor do Parecer: Senhor Deputado Paulo Batista Santos (PSD).
3. Apreciação das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho – Contratos de Crédito à Habitação.
4. Fixação da redação final referente à Proposta de Lei n.º 71/XII/1.ª (GOV) – “Autoriza o Governo a regular o acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica e da prestação de serviços de emissão de moeda eletrónica, no âmbito da transposição da Diretiva n.º 2009/110/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro, relativa ao acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica, ao seu exercício e à sua supervisão prudencial”.
5. Fixação da redação final referente ao Projeto de Resolução n.º 425/XII/1.ª (PPD/PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE) – “Recomenda ao Governo a adoção das medidas necessárias ao reconhecimento da isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) aos prédios sitos no Centro Histórico de Évora”.
6. Distribuição de iniciativas europeias.
7. Ponto de situação das petições pendentes.

8. Conclusão do balanço do processo orçamental (Orçamento do Estado para 2012).
9. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas a uma Delegação do Grupo Parlamentar da CSU no Bundestag alemão e à APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios.
10. Aprovação do Plano de Atividades da Comissão para a 2.^a Sessão Legislativa, e respetiva estimativa orçamental.
11. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação da ata n.º 94.

A [ata n.º 94](#), respeitante à reunião de 18 de julho, foi aprovada por unanimidade, nos termos habituais, verificando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e BE.

2. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 250/XII/1.^a (PCP) – “Altera o Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, que procede à reforma da tributação do património simultaneamente, precisando o tempo e o modo de fixação pelo Governo da percentagem de receitas do IMI, decorrentes da realização da avaliação geral dos prédios urbanos”.

Autor do Parecer: Senhor Deputado Paulo Batista Santos (PSD).

O Senhor Deputado Paulo Batista Santos (PSD) apresentou o parecer referente ao Projeto de Lei [n.º 250/XII/1.^a \(PCP\)](#), dando conta dos seus principais pontos, após o que o Senhor Deputado foi saudado pelos Grupos Parlamentares presentes, tendo o parecer sido votado e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

3. Apreciação das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho – Contratos de Crédito à Habitação.

O Senhor Presidente enquadrou o ponto da ordem do dia quanto ao balanço a efetuar das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho – tendo saudado o respetivo Coordenador – bem como à necessidade de solicitar à Senhora Presidente da Assembleia da República a prorrogação do prazo de nova apreciação das iniciativas.

O Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD) efetuou um balanço das atividades desenvolvidas pelo [Grupo de Trabalho](#), nomeadamente as [audições](#) realizadas e os [pareceres](#) solicitados, os quais tinham sido úteis para o processo legislativo. Por fim, recordou a decisão tomada, por maioria, de conclusão dos trabalhos no início de setembro, estando já agendada uma reunião para 5 de setembro, imediatamente após a conclusão da reunião ordinária da Comissão.

Em sede de debate, manifestaram-se contra o adiamento os Senhores Deputados Duarte Cordeiro (PS), Pedro Filipe Soares (BE) e Bernardino Soares (PCP), tendo sido recordado o consenso em torno do requerimento, efetuado em Plenário, de baixa à Comissão por um período de 45 dias para nesta sede se proceder à apreciação das várias propostas apresentadas. Por seu turno, os Senhores Deputados Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP) e Jorge Paulo Oliveira (PSD) recordaram a necessidade legislar de modo sistemático, acautelando todos os lados envolvidos.

O Senhor Presidente recordou a prática de trabalho intensivo da Comissão, quando solicitada a urgência, após o que foi debatida a metodologia a adotar futuramente, tendo sido acordada a data limite de 7 de setembro para apresentação de propostas de alteração com vista à votação na especialidade a 12 de setembro e o respetivo agendamento para votação na primeira sessão plenária da 2.ª Sessão Legislativa com votações regimentais. Enfim, foi dado consenso para que as propostas de alteração incidissem sobre quatro iniciativas a serem consideradas como texto-base: Projetos de Lei n.º [237/XII/1.ª \(PSD\)](#), [238/XII/1.ª \(PSD\)](#), [223/XII/1.ª \(PS\)](#) e [246/XII/1.ª \(CDS-PP\)](#).

4. Fixação da redação final referente à Proposta de Lei n.º 71/XII/1.ª (GOV) – “Autoriza o Governo a regular o acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica e da prestação de serviços de emissão de moeda eletrónica, no âmbito da transposição da Diretiva n.º 2009/110/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro, relativa ao acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica, ao seu exercício e à sua supervisão prudencial”.

A redação final referente à [Proposta de Lei n.º 71/XII/1.ª \(GOV\)](#) foi aprovada por unanimidade, nos termos do estatuído no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, verificando-se a ausência do BE.

5. Fixação da redação final referente ao Projeto de Resolução n.º 425/XII/1.ª (PPD/PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE) – “Recomenda ao Governo a adoção das medidas necessárias ao reconhecimento da isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) aos prédios sitos no Centro Histórico de Évora”.

A redação final referente ao [Projeto de Resolução n.º 425/XII/1.ª \(PPD/PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE\)](#) foi aprovada por unanimidade, nos termos do estatuído no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, verificando-se a ausência do BE.

6. Distribuição de iniciativas europeias.

Foi distribuída, para elaboração de relatório, a seguinte iniciativa:

Referência	Título	Relatores
COM(2012)388	Proposta alterada de REGULAMENTO DO CONSELHO que estabelece o quadro financeiro plurianual para o período 2014-2020	Jorge Paulo Oliveira (PSD)

7. Ponto de situação das petições pendentes.

O Senhor Presidente saudou o grande esforço desenvolvido pelos membros da Comissão em sede de tramitação de petições, recordando que as petições pendentes em Comissão aguardam o envio de informações por parte do Governo.

8. Conclusão do balanço do processo orçamental (Orçamento do Estado para 2012).

O Senhor Presidente introduziu a discussão do documento, recordando tratar-se de uma análise efetuada pelos serviços em sede de balanço do processo orçamental.

Foi efetuado um debate, no qual intervieram os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Pedro Marques (PS) e João Pinho de Almeida (CDS-PP), tendo-se registado – em matéria de alterações à aplicação informática AR@PLOE – um consenso quanto (i) à introdução da possibilidade de submissão de propostas de alteração a título individual (ou de um conjunto de Deputados, mas não em nome do Grupo Parlamentar), (ii) à importância de o teor das propostas de alteração incidir sobre as normas do articulado, e, enfim, (iii) às propostas a apresentar à Senhora Presidente da Assembleia da República em matéria de procedimentos de consulta aos órgãos de

Governo próprio das Regiões autónomas. Quanto ao ponto referente a avocações, e sendo reconhecido que a prática da Comissão não obedece, *strictus sensus*, ao estatuído na Lei de Enquadramento Orçamental e no Regimento da Assembleia da República, diversos Senhores Deputados manifestaram-se no sentido de manter o consenso político adotado em sede da apreciação da PPL do OE para 2012 e cujo resultado foi considerado muito positivo.

9. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas a uma Delegação do Grupo Parlamentar da CSU no Bundestag alemão e à APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios.

O Senhor Presidente recordou o contexto da [audiência](#) concedida à delegação do Grupo Parlamentar da CSU e da deliberação ocorrida sobre esta matéria, tendo seguidamente apresentado o relatório da audiência, realçando os principais temas abordados.

De seguida, o Senhor Vice-Presidente, Deputado Paulo Batista Santos (PSD), apresentou o relatório da [audiência](#) concedida à APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios sobre o processo de transposição da Diretiva 2009/65/CE (UCITS IV), informando de seguida que havia sido solicitado, ao “Antena” da Assembleia da República, a recolha do processo de transposição da Diretiva em outros Estados-Membros (em particular o Luxemburgo), e sugerindo à Comissão o envio do presente relatório ao Governo, para os efeitos tidos por convenientes, proposta que foi consensualmente aceite.

10. Aprovação do Plano de Atividades da Comissão para a 2.^a Sessão Legislativa, e respetiva estimativa orçamental.

O Senhor Presidente enquadrou o presente projeto de Plano de Atividades para a 2.^a Sessão Legislativa, recordando a necessidade da sua aprovação para efeitos de elaboração do Orçamento da Assembleia da República.

Em sede de debate, começou por usar da palavra o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) – que efetuou sugestões quanto à prioridade de proximidade aos cidadãos, as audições com o Senhor Secretário de Estado da Administração Pública e as visitas de trabalho da Comissão – sugestões que foram acolhidas, tendo em conta a redação do Plano da 1.^a Sessão. Interveio, ainda, o Senhor Deputado João Pinho de Almeida em

matéria de audições dos reguladores do setor financeiro, após o que intervieram diversos Senhores Deputados, tendo sido consensual propor à Comissão de Economia e Obras Públicas a realização de uma audição conjunta com a Autoridade da Concorrência, e mandar a Mesa da Comissão para agendar as restantes audições – em matéria de data e formato – de acordo com a agenda parlamentar, tendo o Senhor Presidente proposto que, entre outras possibilidades, poderia ser sugerido um tema para a audição com as entidades. Por fim, o [Plano de Atividades](#) foi aprovado por unanimidade.

11. Outros assuntos.

O Senhor Presidente informou os membros da Comissão da nomeação do Dr. João Coelho como Coordenador da UTAO, tendo desejado, em nome da Comissão, felicidades no desempenho das suas funções.

De seguida, o Senhor Presidente informou estarem agendadas as seguintes audições para setembro: dia 5 com o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais sobre o relatório anual de combate à fraude e evasões fiscais e aduaneiras; dia 12 com o Senhor Secretário de Estado do Orçamento, sobre execução orçamental; em data a acertar, a audição regular regimental com o Senhor Ministro de Estado e das Finanças.

Posteriormente, usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP), solicitando a prorrogação do prazo de apreciação pública da [Proposta de Lei n.º 81/XII/1.ª \(GOV\)](#), dado não se tratar de uma iniciativa urgente, o que permitiria a mais entidades pronunciarem-se sobre o teor, bastante complexo, da iniciativa. O Senhor Presidente recordou as disposições legais constantes da Lei n.º 23/98, de 26 de maio, tendo posteriormente ocorrido um debate, após o que foi acordado solicitar, junto da Senhora Presidente da Assembleia da República, a prorrogação do período de apreciação pública da iniciativa, a título excecional e tendo em consideração a interrupção dos trabalhos parlamentares, até 15 de setembro.

Não tendo sido suscitadas outras questões, a reunião foi encerrada pelas 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Palácio de São Bento, 25 de julho de 2012

O PRESIDENTE,

(EDUARDO CABRITA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Medina
Fernando Virgílio Macedo
Honório Novo
Isabel Santos
João Pinho de Almeida
José de Matos Rosa
Miguel Frاسquilho
Paulo Batista Santos
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Sónia Fertuzinhos
Vera Rodrigues
Adolfo Mesquita Nunes
Bernardino Soares
Duarte Cordeiro
Jorge Machado
Jorge Paulo Oliveira
Maria das Mercês Borges
Nuno Serra
Pedro Silva Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Galamba
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Reis